



## **PROTOCOLO entre**

**INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.**

**E**

**TERRITÓRIO, IT - INSTITUTO DO TERRITÓRIO, REDE PORTUGUESA  
PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO, ASSOCIAÇÃO**

Considerando as atribuições do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., conferidas pelo Decreto-Lei nº 98/2011, de 21 de Setembro, nomeadamente as consignadas nos termos das alíneas a), f) e j) do nº 3 do artigo 4º, no sentido de adoptar medidas de estímulo à participação cívica dos/as jovens em atividades sociais, económicas, culturais, educativas; promovendo e implementando mecanismos de estímulo e apoio à iniciativa e ao espírito empreendedor das/os jovens e ainda promover o estabelecimento de parcerias com entidades públicas ou privadas de âmbito regional, nacional ou internacional com vista à prossecução das políticas de juventude;

Considerando que o “Território, IT – Instituto do Território, Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território, Associação”, adiante designado por Instituto do Território, tem por objetivo, entre outros, o de “Apoiar a administração territorial e o desenvolvimento empresarial no território nacional, aos níveis local, regional e central em todas as vertentes técnicas, científicas e tecnológicas” e “Fomentar parcerias estratégicas de âmbito nacional e internacional, com as capacidades tecnológicas de Inovação e Desenvolvimento portuguesas”;

É celebrado entre:

Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., adiante designado por IPDJ, I.P., instituto público integrado na administração indireta do Estado, pessoa coletiva número 502 101 903, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, nº55, Lisboa, representado pelos Vice-Presidente e Vogal do Conselho Diretivo, respetivamente Dr. João Manuel Cravina Bibe e Dr. Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo;

e:



Território, IT – Instituto do Território, Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território, Associação, adiante designado por Instituto do Território, pessoa coletiva de direito privado com o NIPC 510 016 634, com sede no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro, freguesia da Glória, concelho de Aveiro, representado pelo seu Presidente, Dr. Rogério Manuel Loureiro Gomes;

o Presente Protocolo de Cooperação, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:

### **Cláusula 1.<sup>a</sup> (Objecto)**

O presente protocolo tem por objeto a constituição de uma parceria visando administrar, gerir e promover a Rede de Fomento de Negócios, adiante designada por RFN, no âmbito do programa Impulso Jovem, medida Rede de Perceção e Gestão de Negócios, regulamentada pela Portaria n.º 427/2012, de 31 de Dezembro.

### **Cláusula 2.<sup>a</sup> (Âmbito e linhas de ação)**

A RFN - Rede de Fomento de Negócios tem âmbito nacional e visa:

- a) Identificar oportunidades de negócio de âmbito local e regional, nos sectores público e privado, designadamente nas áreas da agricultura, cultura, desporto e economia social;
- b) Desenvolver, entre as empresas integradas na rede, sinergias potenciadoras de uma maior eficiência e eficácia;
- c) Proporcionar aos jovens informação, oportunidades de negócios e apoio ao desenvolvimento das ideias de negócio.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup> (Órgãos)**

1. A RFN tem os seguintes órgãos:

- a) Conselho Consultivo;
- b) Direção Executiva



2. Os membros dos órgãos da RFN são designados para um mandato correspondente ao período de vigência do presente protocolo, ou das suas renovações.
3. O Conselho Consultivo da RFN tem a seguinte composição:
  - a) Um representante do Conselho Diretivo do IPDJ, I.P., com a faculdade de delegar, a quem cabe a presidência do órgão;
  - b) Um representante do Instituto do Território, a quem cabe a vice-presidência do órgão;
  - c) Dez representantes dos associados da RFN;
  - d) Três personalidades de reconhecido mérito nos domínios empresarial, social ou científico, a designar pelo Conselho Diretivo do IPDJ;
4. No primeiro mandato, os representantes dos associados no Conselho Consultivo são designados pelos primeiros dez associados aderentes.
5. O Conselho de Consultivo tem funções de aconselhamento e de definição das linhas estratégicas a prosseguir pela RFN, podendo pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos mediante solicitação da Direção Executiva.
6. A Direção Executiva é composta por três membros, a designar pelo Conselho Diretivo do IPDJ, I.P., integrando um elemento indicado pelo Instituto do Território.
7. Compete à Direção Executiva gerir a atividade da RFN.
8. A Direção Executiva deve submeter à aprovação do Conselho Consultivo o plano anual de atividades, que enquadrará obrigatoriamente as seguintes áreas: promoção, comunicação, associados, novos serviços, controlo e avaliação.
9. Os membros que integram os órgãos da RFN não podem intervir em qualquer ato ou contrato de direito público ou privado por si, como representante ou gestor de negócios, no âmbito de negócios que sejam direta ou indiretamente estimulados por esta Rede, no quadro da medida identificada na cláusula 1.<sup>a</sup>.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>** **(Conselhos Consultivos Regionais)**

1. Junto de cada Direção Regional do IPDJ, I.P. funciona um Conselho Consultivo Regional da RFN.



2. Os Conselhos Consultivos Regionais da RFN são constituídos pelo Diretor Regional do IPDJ, que preside, e por cinco representantes dos associados com sede na respetiva região.

3. Compete, em especial, aos Conselhos Consultivos Regionais da RFN, promover a Rede, de acordo com as orientações da Direção Executiva, participar na avaliação dos

projetos submetidos a sua apreciação e pronunciar-se sobre quaisquer outras questões que lhe sejam submetidas pela Direção Executiva.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup> (Obrigações do IPDJ, I.P.)**

No âmbito do presente Protocolo, constituem obrigações do IPDJ, I.P.:

- a) Gerir a atividade da Rede, através da Direção Executiva por si designada;
- b) Deliberar, por proposta da Direção Executiva, a delegação parcial de competências deste órgão, definindo os limites e alcance de tal delegação;
- c) Presidir ao Conselho Consultivo da RFN;
- d) Designar, e, quando o entender, promover a respetiva substituição, três personalidades de reconhecido mérito nos domínios empresarial, social ou científico, a integrar o Conselho Consultivo;
- e) Assegurar o apoio necessário ao bom funcionamento dos Conselhos consultivos Regionais;
- f) Conceber e produzir uma plataforma informática para operacionalizar a RFN, cuja gestão é da responsabilidade do Instituto do Território, nos termos referidos neste protocolo.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup> (Obrigações do Instituto do Território)**

No âmbito do presente Protocolo, constituem obrigações do Instituto do Território:

- a) Promover e apoiar a atividade da RFN em todo o território nacional;
- b) Designar o Vice-Presidente do Conselho Consultivo da Rede;

- c) Designar um representante para integrar a Direção Executiva;
- d) Prestar apoio, designadamente apoio técnico e na análise do potencial de negócio, à ação dos Conselhos Consultivos regionais;
- e) Participar em júris regionais e nacionais que se venham a ser constituídos no âmbito da atividade da RFN.
- f) Assegurar a gestão da plataforma informática referida na alínea f), do n.º 1, da cláusula anterior, desde que observados os pressupostos previstos no n.º 1, da cláusula 8ª.
- g) Garantir a participação de uma entidade do ensino superior na gestão e operacionalização da plataforma informática referida na alínea f), do n.º 1, da cláusula anterior.

#### **Cláusula 7.ª (Associados)**

##### **1. A RFN pode integrar, como associados:**

- a) Estabelecimentos do ensino superior;
- b) Centros de investigação;
- c) Parques científicos;
- d) Federações de associações juvenis;
- e) Sociedades Comerciais, cooperativas, associações, fundações e institutos;
- f) Pessoas singulares, propostas pelo Conselho Diretivo do IPDJ, I.P., ou pelo Conselho Consultivo; que, nessa qualidade, requeiram a respetiva adesão à Rede.

2. Compete aos associados contribuir para a divulgação da Rede, para a deteção de oportunidades de negócio, a inserção na plataforma das oportunidades de negócio, a integração em júris de avaliação, quando para tal solicitados.

3. Os associados usufruem de exposição comunicacional na plataforma da Rede, bem como nos Portais da Juventude e do Instituto do Território, e em outros materiais de divulgação produzidos.

4. Os associados têm direito a estar representados no Conselho Consultivo, bem como nos Conselhos Consultivos Regionais.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup>** **(Apoio Financeiro ou material)**

1. 1.O IPDJ, I.P., pode conceder apoio financeiro ou material, para efeitos de execução do presente protocolo, mediante proposta submetida, previamente, à aprovação do membro do Governo que tutela a área do desporto e da juventude

2. O Conselho Diretivo reserva-se a faculdade de reduzir o montante de dotações já aprovadas, por razões decorrentes da sua execução orçamental.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>** **(Plataforma informática)**

É propriedade do IPDJ, I.P. a plataforma informática destinada a operacionalizar a RFN, incluindo o respetivo hardware e software.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup>** **(Denúncia)**

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.<sup>a</sup>, qualquer das partes pode denunciar o presente Protocolo a qualquer momento, mediante notificação à outra parte, através de carta registada, com antecedência mínima de trinta dias.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup>** **(Incumprimento)**

O incumprimento, por qualquer das partes, dos deveres e obrigações resultantes do presente Protocolo confere à parte não faltosa, e atento o disposto nos artigos 332º a 335º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, o direito de proceder à rescisão de unilateral do mesmo, por forma escrita e com produção de efeitos à data da notificação da parte faltosa, sem prejuízo do dever de indemnizar que resultar da conduta motivadora de rescisão.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**  
**(Alterações ao Protocolo)**

Quaisquer alterações ou especificações ao presente Protocolo devem constar de adicional escrito, assinado por ambas as partes outorgantes, o qual, depois de assinado, passa a fazer parte integrante do presente Protocolo.

**Cláusula 13.<sup>a</sup>**  
**(Vigência)**

O presente protocolo tem a vigência de um ano, a contar da data da assinatura, podendo ser sucessivamente renovado por iguais períodos, por vontade expressa das duas partes.

Feito em Lisboa, em dois exemplares, ficando um em poder de cada uma das partes, aos 13 de agosto de 2013.

Pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.,



Ricardo Araújo  
(Vogal do Conselho Diretivo)

Pelo Instituto do Território



Rogério Gomes  
(Presidente da Direcção)»